

TOMA DE PREÇOS – Tipo Técnica e Preço 001/2021

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA OBRAS DE EDIFICAÇÕES E DE INFRAESTRUTURA URBANA, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA - AL

1. OBJETO

- 11.** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA OBRAS DE EDIFICAÇÕES E DE INFRAESTRUTURA URBANA, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA – AL
- 12.** Os serviços compreenderão a elaboração e desenvolvimento dos serviços técnicos de arquitetura e/ou engenharia, conforme segue:

1.0	Projeto Arquitetônico;
2.0	Projeto Arquitetônico (Área de Ampliação e Reforma);
3.0	Projeto Estrutural (Fundações e Estrutura);
4.0	Projeto de estrutura metálica;
5.0	Projeto de Instalações Elétricas;
6.0	Projeto de Instalações Hidráulicas;
7.0	Projeto de Instalações Sanitárias;
8.0	Projeto de Drenagem Pluvial;
9.0	Projeto de Proteção Contra Incêndio e Pânico;
10.0	Projeto de SPDA;
11.0	Projeto de Cabeamento Estruturado;
12.0	Projeto de CFTV;
13.0	Projeto de sonorização;
14.0	Projeto de climatização;
15.0	Projeto de gases medicinais;
16.0	Levantamentos topográficos;
17.0	Testes de sondagens;
18.0	Projetos de pavimentação;
19.0	Projetos de micro e macrodrenagem;
20.0	Projetos de sinalização viária;
21.0	Memorial Descritivo;
22.0	Especificações técnicas
23.0	Planilhas de preços (orçamentos e composições)
24.0	Cronograma Físico Financeiro

25.0	Projetos de pavimentação e sinalização viária
26.0	Serviços topográficos
27.0	Serviços geotécnicos

13. Os projetos arquitetônicos serão elaborados de acordo com as descrições contidas no Anexo I.A parte integrante deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

- 21.** O presente Termo de Referência tem por objetivo definir e estabelecer diretrizes, orientações e especificações técnicas necessárias para atender o objeto desta licitação. O principal objetivo é estabelecer igualdade de conceitos, parâmetros e procedimentos na elaboração dos projetos de obras públicas previstas para que as mesmas tenham os padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Paripueira.
- 22.** Para execução de tais atividades, o município necessita contar com uma eficiente e eficaz estrutura de gestão e apoio técnico e tecnológico para o controle da aplicação desses recursos, bem como para o cumprimento dos prazos previstos nos cronogramas das obras e serviços contratados e projetados, com a entrega à população no menor espaço de tempo possível, reduzindo-se custos e propiciando retorno imediato.
- 23.** Os investimentos previstos visam à execução de ações de melhoria, ampliação, construção e implantação de infraestrutura, nas áreas de infra- estrutura urbana, saúde, meio ambiente, turismo, esporte, desenvolvimento social e econômico, através das diversas estruturas executivas representadas pelas Secretarias Municipais em suas respectivas áreas de atuação.
- 24.** Considerando que o quadro atual de servidores não comporta em recursos humanos especializados, equipamentos e instalações a gestão de tal programa de investimentos, face ao grande número de obras e projetos que atualmente vem sendo executados ou que se pretende executar, o que representa um aumento significativo no volume de investimentos em comparação aos realizados nos últimos anos, a Gestão atual, após avaliar várias alternativas de gestão, identificou alternativa de contratação de empresa especializada para a execução de estudos locais; elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia e arquitetura, inclusive complementares.
- 25.** Os serviços a serem executados requerem conhecimento técnico adequado, pois incluem a realização de atividades de campo, de materiais, instrumentais ou complementares que exigem capacitação técnica, especificidades, especializações e

contingente de pessoal que nem sempre são supridas pela entidade pública, fatos da realidade atual das Secretarias que compõem a Prefeitura de Paripueira.

- 26.** A contratação de terceiros para execução dos serviços ora licitados, se faz necessária uma vez que a Prefeitura de Paripueira não dispõe de suficiente quadro de profissionais para execução direta, sendo usual, a execução de forma indireta mediante contratação de empresa especializada, mormente porque a demanda é pontual e temporária.
- 27.** A propósito, para execução dos serviços descritos neste Termo de referencia está prevista a mobilização de profissionais de nível superior e profissionais de nível técnico e auxiliar, por um período de 360 (trezentos e sessenta) dias, sob a responsabilidade da empresa contratada. Além disso, deverão ser alocados, dentre outros, os Equipamentos de Topografia, de Laboratórios e sondagens.
- 28.** Não é permitida a participação sob forma de consórcio

E é dentro desta legalidade, em busca da satisfação do interesse público e do atendimento dos anseios da população, no menor espaço de tempo e com a melhor qualidade possível, que se lança a presente contratação

3. DA LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTO

- 3.1.1.** Todos os projetos específicos e demais documentos técnicos integrantes dos projetos a serem contratados deverão ser elaborados estritamente de conformidade com as recomendações, procedimentos e restrições constantes das Normas Técnicas Brasileiras (ABNT);
 - 3.1.2.** do código de obras e da legislação de uso e ocupação do solo;
 - 3.1.3.** do local de implantação da obra, Roteiros de Implantação dos Programas Federais, quando houver;
 - 3.1.4.** das Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CAU/CONFEA;
 - 3.1.5.** das Diretrizes, Manuais, Instruções de Serviços e as Especificações vigentes no SEINFRA/AL e em outros organismos da Administração do Estado de AL.
 - 3.1.6.** de outros documentos legais pertinentes;
 - 3.1.7.** do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Paripueira
 - 3.1.8.** das Normativas CBMAL;
 - 3.1.9.** da Segurança e conforto no trabalho (DRT);
 - 3.1.10.** das Boas práticas sanitárias (ANVISA);
 - 3.1.11.** da RDC nº 50 (ANVISA);
 - 3.1.12.** do Edital de Licitação e;
 - 3.1.13.** de todos os seus anexos vinculados ao Edital de Licitação.
- 32.** Todos os trabalhos terão constante acompanhamento do Município de Paripueira, através dos técnicos da Secretaria municipal de Urbanização, Habitação e Obras e serão

elaborados de maneira a atender às exigências das normas técnicas vigentes, legislações pertinentes e exigências das Companhias Concessionárias e Órgãos Públicos.

4. SUPORTE LEGAL, TIPO E REGIME DE LICITAÇÃO

4.1. A contratação reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações.

4.2. A contratação obedecerá ao critério da "técnica e preço", conforme o artigo 45, parágrafo 1º, inciso III, e Art.10, inciso II, letra a, da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações.

5. DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

5.1. Adotará a administração licitante o critério para o julgamento da técnica e preço propostos, qual seja: a preponderância será sobre a melhor técnica, conforme **anexo I.E** deste termo de referência.

6. DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

6.1. A Proposta Técnica, em uma via, deverá estar assinada pelo licitante ou seu representante legal, na última folha e rubricada nas demais, serem numeradas, redigidas em português, de forma clara não podendo ser manuscrita e nem conter rasuras ou entrelinhas.

6.2. As Propostas Técnicas serão examinadas e comparadas entre si quanto ao seu conteúdo e qualidade, por meio da atribuição de pontos a cada um dos tópicos e subtópicos, pontos estes segundo a discriminação e os limites numéricos máximos definidos.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, empresas nacionais especializada em elaboração de projetos de engenharia e/ou arquitetura, individualmente para Obras Públicas e que atendam às condições estabelecidas em Edital.

7.2. Os participantes deverão atestar por meio de declaração que conhece plenamente o presente Plano de Trabalho e que o aceita totalmente, ressalvando as exceções que tenha formulado explicitamente na sua proposta, com as quais o Município de Paripueira-AL, concordou previamente, por escrito.

7.3. A participação na execução dos serviços a serem contratados implica na verificação e no dimensionamento das dificuldades técnicas inerentes à execução dos serviços, inclusive com informações adicionais às fornecidas pela Prefeitura Municipal de Paripueira, em decorrência deste Termo de Referência, de modo suficiente para assumir o compromisso de executá-los conforme o contrato que vier a ser assinado.

7.4. Não será permitido a participação de consórcio de empresas.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários à habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal deverão ser apresentados em conformidade com os arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a forma de apresentação estabelecida em Edital.

9. DA REGULARIDADE FISCAL

9.1. Devem ser exigidas de acordo com os a legislação em vigor.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Deverá ser exigido da CONTRATADA comprovação de Capacidade Técnico-Profissional abaixo relacionada:

10.1.1. A contratada deverá comprovar que possui, em seu quadro permanente, engenheiro/arquiteto com experiência em elaboração de projetos de Obras Públicas ou similares de porte e complexidade ao objeto deste Termo de Referência.

10.1.2. A comprovação da experiência do profissional será feita por meio do acervo técnico, atestados e/ou certidões, que constem o nome do técnico, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo CREA/CAU.

10.1.3. Entende-se, para fins desta licitação, como pertencente ao quadro permanente:

- a) o empregado;
- b) o sócio;
- c) o responsável técnico pela prestação de serviço.

10.1.4. A contratada deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.

10.1.5. Quando se tratar de dirigente ou sócio da CONTRATADA tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma, acompanhada de documentos pessoais e de registro no Órgão de Classe.

10.1.6. No caso de duas ou mais empresas apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas deverão ser habilitadas.

10.1.7. Apresentar Certificado de Registro ou Inscrição do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do Estado de origem, domicílio ou sede da empresa, que comprove a regularidade do mesmo perante a Autarquia, inclusive quitação com as respectivas obrigações.

10.1.8. Declaração da empresa de que disporá para a execução do contrato de pessoal qualificado, aparelhamento técnico adequado e disponível para cumprir o objeto deste Termo de Referência e de que aceita como válidas as condições para a realização dos serviços conforme consta da proposta apresentada, firmada pelo seu representante legal e pelo seu Responsável Técnico.

10.2. Da Capacidade Técnico-Operacional

10.2.1. Deverá ser apresentado prova de inscrição ou registro da empresa e dos seus responsáveis técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea e/ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove

atividade relacionada com o objeto.

- 10.2.2.** O Atestado de Visita (conforme modelo de Atestado a ser disponibilizado com o Edital de Licitação) e informando ter conhecimento do local onde serão executados os serviços, emitida pela própria licitante, assinada pelo (s) o (s) responsável (eis) Técnico (s) ou Representante Legal.
- 10.2.3.** O(s) atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA/CAU da Região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão de Acervo Técnico – CAT dos profissionais, expedida(s) por Conselhos, que comprovem que a CONTRATADA tenha executado serviços similares de porte e complexidade ao objeto deste Termo de Referência.
- 10.2.4.** Deverá constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão expedida(s) pelo CREA/CAU, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(eis) técnicos(s), seu(s) título(s) profissional(eis) e número(s) de registro(s) no CREA/CAU; descrição técnicas sucinta indicando os serviços executados e o prazo final de execução.
- 10.2.5.** Definem-se como serviços semelhantes, a elaboração de projetos básicos/executivos e complementares de prédios públicos, escolas, creches, ginásios poliesportivos, postos de saúde, estádio de futebol, urbanização de áreas públicas, infraestrutura urbana (pavimentação, drenagem).
- 10.2.6.** No caso de duas ou mais empresas apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

11. DA VISITA TÉCNICA

11.1. É facultado as licitantes a visita técnica, aos locais das obras/serviços e suas circunvizinhanças para se inteirarem dos serviços a serem executados e de sua dificuldade de execução, avaliando os problemas futuros de modo que o orçamento proposto cubra toda e qualquer dificuldade decorrente da realização dos serviços.

11.2. As visitas serão encerradas cinco dias úteis antes da data prevista a ocorrer.

11.3. Os custos da visita ao local das obras/serviços correrão exclusivamente por conta da licitante.

11.4. Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executadas as obras e serviços objeto da contratação, os interessados deverão contatar com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano através do telefone (82) 3293-2007.

12. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

12.1. Vide Anexo I.A deste Termo de Referência.

13. DO MEMORIAL DESCRITIVO

13.1.A CONTRATADA deverá representar exposição geral do projeto, descrição detalhada da obra orientando os métodos construtivos adotados e procedimentos a serem

observados, estipulando padrões de execução e acabamento estabelecidos que devam ser alcançados para que se considere determinada etapa ou serviço efetivamente concluído, inclusive relação geral de arquivos fornecidos com sua nominação, e dos princípios em que se baseiam, com justificativa e explicações das soluções e conceitos apresentados junto das especificações de materiais e peças de acabamento por ambiente. Juntamente com todas as especificações de todos os ambientes projetados em seus diferentes itens: parede, teto, piso, soleiras, peitoris, esquadrias e ferragens, luminárias, acessórios e equipamentos como quadro de avisos, bancos, louças, metais, bancadas entre outros, devendo ser apresentado conforme especificado abaixo:

13.1.1. Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

13.1.2. Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, componente do memorial descritivo, devem ser definidos detalhadamente todos os itens, materiais, serviços e procedimentos necessários à execução dos projetos elaborados.

132. Todos os equipamentos de ar condicionado deverão conter especificação para aquisição independente da especificação da obra, pois sua compra será realizada através de licitações próprias pela CONTRATANTE. Deste modo, a especificação de cada equipamento deverá conter todos os dados, informações e condições necessárias para a aquisição e instalação, sem remeter ou vincular a qualquer outra especificação. A instalação e a montagem dos equipamentos devem ser realizadas pela construtora das obras civis, exceto se a montagem por mão de obra não especializada interferir nos termos da garantia e/ou assistência técnica.

133. Todos os materiais especificados serão de primeira qualidade e preferencialmente nacionais, totalmente adequados à natureza da edificação.

14. DAS PLANILHAS DE PREÇOS E QUANTIDADES (ACOMPANHADO DE MEM

141. Orçamento detalhado das obras incluindo todos os custos diretos e indiretos devidamente detalhados de materiais e equipamentos; mão de obra; encargos sociais; impostos; taxas e emolumentos; benefícios e despesas indiretas (BDI) – para contratos com a CAIXA verificar normativas especiais, agrupados em itens e subitens, totalizando de forma clara os custos parciais e totais da obra a ser executada, com utilização dos preços de serviços da tabela de custos referenciais do SINAPI. Todos os itens levantados que não constarem da relação de códigos do SINAPI deverá ser acompanhado das respectivas composições de custos, informando as fontes de consulta das composições e dos preços de serviços e insumos. Para os equipamentos listados na planilha deve-se apresentar no mínimo 03 (três) orçamentos.

142. Nas planilhas de obra deverão conter OBRIGATORIAMENTE os itens de mobilização, desmobilização, administração local, montagem do canteiro de obras, manutenção/operação do canteiro de obras, placa de obra e projeto as-built; estes itens não poderão ser incluídos em outros ou aglutinados.

143. Todos os equipamentos de ar condicionado deverão ter planilha de preços e quantidades independente da planilha da obra, pois sua aquisição será realizada através de licitações próprias pela CONTRATANTE. Deste modo, a planilha referente a cada equipamento deverá conter todos os custos, informações e serviços necessários para a aquisição e instalação, sem remeter ou vincular a qualquer outra planilha.

144. Memória de Cálculo: É o documento no qual se demonstra o cálculo detalhado (abertos) dos quantitativos constantes na planilha orçamentária, referentes aos serviços de cada

etapa da obra, conforme projeto básico. Exemplo: Fundação - Escavação de valas (comprimento x altura x largura); Alvenaria de embasamento (comprimento x altura x largura).

15. DAS PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS(CPU)

15.1. Devem conter a composição unitária de todos os itens constantes na planilha de preços e quantidades. Do mesmo modo que o item anterior, todos os equipamentos de ar condicionado deverão ter planilha de composições independente da planilha da obra. As CPUs devem seguir a TCPO da PINI, e os valores devem ser referenciados nas tabelas do SINAPI. Na falta dos itens nestas fontes, deverão ser utilizados outros sistemas de credibilidade pública ou, no caso de preço tomado diretamente do mercado, devem ser apresentados levantamentos realizados junto a, no mínimo, três fornecedores.

16. DAS ETAPAS PARA A EXECUÇÃO DOS PROJETOS

16.1. A CONTRATADA fornecerá os dados iniciais para a elaboração dos projetos tais como: programa de necessidades, recursos aproximados disponíveis para a execução da obra, sondagem do terreno quando necessário, gabarito das ruas, matrículas atualizadas dos imóveis, objeto do convênio federal/estadual, etc.

16.2. Cada projeto deverá compor um conjunto independente e completo, com todas as informações necessárias para a licitação da obra a que se refere o objeto desta. O mesmo critério se aplica às especificações, planilhas e cronogramas.

16.2.1. Deverão ser atendidas as seguintes condições gerais:

- 16.2.1.1. Apreender o objetivo dos projetos e as aspirações do CONTRATANTE, os incentivos e as restrições pertinentes.
- 16.2.1.2. Conhecer a área de influência e as características físico-ambientais.
- 16.2.1.3. Conhecer os materiais de construção e técnicas construtivas condizentes com a região e com o padrão utilizado pela CONTRATANTE.
- 16.2.1.4. Conhecer as necessidades do projeto arquitetônico, assessorando o seu autor, com os seguintes objetivos:
 - a) Fornecer os subsídios necessários para que as alternativas de partido arquitetônico não venham a ser inviabilizadas, quer técnica, quer econômica, quer esteticamente por fatores estruturais;
 - b) Fornecer o posicionamento e dimensões das peças estruturais que vierem a servir de condicionante na definição do anteprojeto de arquitetura;

16.2.2. A CONTRATADA deverá se inteirar do projeto como um todo, estendendo a análise aos desenhos e especificações e retirando os subsídios para o cálculo definitivo das ações atuantes na edificação.

16.2.3. Conhecer todas as instalações e utilidades a serem implantadas na edificação, que sejam condicionantes na escolha e dimensionamento do esquema estrutural.

16.2.4. Conhecer a flexibilidade de utilização desejada no projeto arquitetônico, para

que eventuais alterações de distribuição interna não venham a ser inviabilizadas por questões estruturais.

- 16.2.5.** Conhecer as possibilidades futuras de ampliação de área e alteração de utilização da edificação.
- 16.2.6.** Analisar as sugestões do Contratante para utilização de materiais ou esquemas executivos.
- 16.2.7.** Promover a compatibilização dos diversos Projetos.
- 16.2.8.** Conhecer os trâmites para aprovação de projeto e/ou de regularização junto às Concessionárias dos Serviços Públicos, órgãos da administração municipal, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária ou em outras esferas, quando for o caso;
- 16.2.9.** Apresentar Termo de Visita aos Locais das Obras.

17. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

17.1. Os Projetos deverão ser apresentados atendendo as Normas da ABNT, o Roteiro para Apresentação de Projetos e as diretrizes desta Especificação Técnica.

17.2. Os projetos somente serão considerados completos e aceitos mediante apresentação das respectivas ARTs, corretamente preenchidas e com as taxas recolhidas.

17.3. Todas as plantas dos Projetos de Proteção e Combate a Incêndio, deverão estar obrigatoriamente, aprovadas no Corpo de Bombeiros.

- Todas as pranchas de desenho deverão ter Carimbo no canto inferior direito que conterá no mínimo, as seguintes informações: Nome e assinatura do autor do projeto e número do CREA/CAU;
- Nome e assinatura do responsável técnico do projeto e número do CREA/CAU;
- Nome do contratante;
- Nome da obra a ser executada;
- Título da folha (conteúdo);
- Escalas utilizadas;
- Referência do projeto (parte de outro projeto, etc), quando houver
- Número da prancha;
- Nome do desenhista;
- Data de elaboração do projeto;
- Aprovação, com data, nome, assinatura e número do registro do profissional responsável no órgão de classe;
- Número, data e visto da revisão, quando houver; e
- Selo padronizado do Município e logomarca da CONTRATADA.

17.4. Todas as pranchas de desenho deverão apresentar quadro de simbologia utilizada no projeto (elétrico, telefônico, etc) e devem ser convenientemente orientadas, com indicação do norte verdadeiro e a declinação magnética.

17.5. Nas plantas organizadas com dados de diversas origens, devem ser citados os documentos que o identificaram. Deverão apresentar ainda, no canto inferior esquerdo, a configuração de penas para a plotagem dos arquivos eletrônicos, conforme modelo existente da CONTRATANTE.

176. Será fornecida pela CONTRATANTE, a respectiva numeração da planta, devendo o mesmo ser solicitado pela CONTRATADA ao fim do serviço, antes da entrega final, após ter-se definido o número e conteúdo das pranchas que serão entregues.

177. Nas etapas intermediárias, a numeração deverá ser sequencial e por especialidade de projeto, constando sempre a versão (1, 2, 3, etc.) e data de cada desenho.

18. DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

181. Tabela demonstrativa da distribuição dos custos das diversas etapas da obra ao longo dos respectivos períodos necessários para sua execução com os somatórios das parcelas periódicas a serem pagas pela CONTRATANTE à Empresa de Arquitetura e/ou Engenharia a ser contratada para execução dos serviços. A tabela deverá ser elaborada obedecendo ao prazo e à lógica construtiva necessários para a execução da obra, de forma que os serviços sejam divididos em etapas.

182. O desenvolvimento das atividades, ocorrerá a partir da Ordem de Serviço para cada etapa e/ou projeto, e terá um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, para a entrega e o pagamento da etapa ou serviço autorizado, será realizado após aprovação final da Prefeitura.

183. O pagamento será feito de forma parcelada, conforme desenvolvimento das atividades de acordo com o prazo especificado no cronograma de desembolso e quitados através de depósito bancário inserido na conta da CONTRATADA, no prazo de até 15 dias após o recebimento definitivo de cada produto.

19. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

191. O prazo máximo para execução de cada etapa e/ou serviço objeto do presente Termo de Referência será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviços. Além deste prazo estão incluídos 15 (quinze) dias para análise e aprovação dos produtos, bem como 15 (quinze) dias de análise da versão definitiva. Enquanto que o prazo de vigência será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais períodos até o limite estabelecido na lei.

192. Desde que apropriada à metodologia proposta e demonstrada no programa de trabalho, algumas atividades poderão ser executadas concomitantemente, com vistas à otimização do prazo.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

201. Será permitida a subcontratação dos serviços de geotécnica e serviços de topografia, com anuência prévia da Prefeitura Municipal de Paripueira.

202. A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado de suas responsabilidades

contratuais e legais, principalmente ações relacionadas com a segurança do trabalho.

203. É vedada a subcontratação total do objeto.

204. As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante o Municipal de Paripueira, antes de dar início aos trabalhos, que estão em situação regular jurídico/fiscal, previdenciária, trabalhista, FGTS e técnica, e que entre os seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não podendo funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado do Município de Paripueira.

21. DA ENTREGA DO OBJETO

21.1. A apresentação gráfica dos projetos deverá ser desenvolvida em software AUTOCAD, ou similar que possibilite a perfeita importação, entregues 01 (uma) cópia em CD e 02 (duas) cópias impressas e assinadas pelos responsáveis nas escalas e formatos previstos em normas técnicas. Todos os CDs deverão ser identificados por projeto e numerados, bem como listados seus conteúdos. Todas as folhas de cada especialidade de projeto deverão constituir um único arquivo e serão numeradas, tituladas, datadas, com identificação do autor do projeto e de acordo com o modelo do selo padrão. O tamanho das folhas deve seguir as normas (NBR10068/87 – folhas de desenho “layout” e dimensões / NBR 10582 – conteúdo da folha para desenho técnico / NBR 13142 – dobramento de cópia) e convenções usuais referentes às folhas para representação de desenhos técnicos.

21.2. Cada desenho deve ser todo executado em escala real 1:1 (uma unidade de desenho igual a uma unidade adotada no projeto) no “MODELSPACE”.

21.3. Cada folha deverá ser desenhada no “PAPER SPACE”, com margens, selos e informações fixas. Nela serão criadas janelas (viewport) nas quais o desenho deve ser enquadrado e ter atribuída sua escala com o “model” ativado dentro de cada janela. Com este procedimento consegue-se independência entre o “MODEL SPACE” e o “PAPER SPACE” possibilitando que a escala seja alterada a qualquer momento, não deixando dúvidas quanto à escala utilizada pelo projetista, já que no “MODEL SPACE” sempre teremos escala 1:1.

21.4. Arquivo template, contendo layers básicos, padrões de cotas, textos e folhas; e arquivos.ctb com configuração das penas para impressão serão fornecidos pela CONTRATANTE.

21.5. O Memorial descritivo, Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, Planilhas de preços e quantidades, Planilhas de composição de preços unitários, Cronograma Físico-financeiro e demais documentos serão também apresentados em meio digital, compatível com Microsoft Word em sua versão 2007, e as planilhas deverão ser em programa compatível com o Microsoft Excel em sua versão 2007, e todas impressas em papel formato A4.

21.6. Tanto os projetos gráficos, quanto suas memórias de cálculo, planilhas detalhadas de especificação, quantificação e orçamento e o cronograma físico e financeiro, deverão conter a explicitação dos responsáveis técnicos por sua elaboração e estar acompanhadas das respectivas anotações de responsabilidade técnica (ART)/RRT junto ao CREA/CAU local.

21.7. A entrega dos Projetos Básicos, Executivos e Complementares deverá ser efetuada na sede administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, na cidade de Paripueira/AL; no horário de expediente, aos cuidados do departamento de engenharia, e se dará nos seguintes termos:

- a) Provisoriamente, mediante Termo de Recebimento Provisório assinado em até 05 (cinco) dias a partir da comunicação escrita da CONTRATADA e após verificação de que o projeto encontra-se de acordo com as especificações solicitadas; sendo este fiscalizado por engenheiro do quadro de servidores do Município.
- b) Definitivamente, mediante Termo de Recebimento Definitivo emitido dentro de 15 (quinze) dias após o aceite do engenheiro do quadro de servidores do município, sendo corrigidas todas as considerações da CONTRATANTE.

21.8. Os projetos finais devem ser entregues em 02 (duas) cópias impressas de todos os documentos devidamente assinadas pelos responsáveis técnicos e 1 em arquivo digital. Os projetos das obras objeto de Convênio Federal somente receberão Termo de Recebimento

Definitivo após aprovação junto ao MUNICÍPIO ou outro agente financeiro repassador de recursos.

219.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

221. A empresa contratada durante a execução dos serviços contratados obrigará-se a:

- 22.1.1.** Prestar os serviços contratados de acordo com as leis, normas e exigências emanadas das autoridades federais, estaduais e municipais.
- 22.1.2.** Zelar pela boa e completa execução dos serviços, cumprindo todas as exigências da Prefeitura, especialmente aquelas relativas à prazo de execução, especificações e prioridades;
- 22.1.3.** Sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer a terceiros dados e informações referentes aos serviços realizados, a menos que expressamente autorizados pela Prefeitura;
- 22.1.4.** Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Na hipótese de substituições de profissionais, estas deverão se dar por outros de mesma qualificação dos substituídos, com a anuência da PMP (comunicar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer elemento da equipe que esteja executando os trabalhos);
- 22.1.5.** Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação;
- 22.1.6.** Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato;
- 22.1.7.** Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho (Lei nº 6.514 de 22/12/1977 que altera o Capítulo V do Título II da CLT e a Portaria nº 3.214 de 08/06/1978, que aprova as Normas Regulamentadoras do item mencionado) e obrigar seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais, que ela fornecerá, para proteção da saúde e da integridade física dos mesmos. Estes equipamentos dependerão de cada atividade profissional e do tipo de serviço a ser efetuado, conforme a NR6 - Norma Regulamentadora 06 - EPI (Equipamento de Proteção Individual);
- 22.1.8.** Designar preposto, devidamente aprovado pela PMP, podendo mantê-lo no local dos serviços e/ou nas dependências do escritório da empresa contratada para representá-la na execução do contrato, receber material de fornecimento da Prefeitura; receber relatório de Inspeção; entregar à Prefeitura documentação pertinente aos serviços;
- 22.1.9.** Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela PMP, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados;
- 22.1.10.** Manter a PMP, informada de todos os detalhes dos serviços, de acordo com as conveniências desta, no prazo máximo de 02 dias após consulta;

- 22.1.11.** Afastar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, todo empregado, funcionário e técnico que, a critério da PMP, proceder de maneira desrespeitosa para com os funcionários e clientes desta, além do público em geral ou a seu critério, garantindo que o mesmo não seja remanejado para um outro serviço da empresa contratada naMunicípio.
- 22.1.12.** Comunicar os Acidentes do Trabalho ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio de Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT, imediatamente após a sua ocorrência;
- 22.1.13.** Reforçar, adequar ou substituir os seus recursos de equipamentos, máquinas, veículos, equipamentos de proteção individual e coletivos, instalações e pessoal, se for constatada a sua inadequação para realizar os serviços, de acordo com o pactuado;
- 22.1.14.** Enviar imediatamente após sua lavratura, quaisquer autos de infração, bem como as notificações emitidas pelo Poder Judiciário, em que a PMP conste como infratora ou ré, juntamente com um relato dos motivos que determinaram a autuação ou notificação.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

23.1. Serão obrigações da Prefeitura:

- 23.1.1.** Fornecer, em tempo hábil, elementos suficientes e necessários à execução dos serviços contratados;
- 23.1.2.** Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato;
- 23.1.3.** Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados;
- 23.1.4.** Colaborar com a empresa contratada, quando solicitada, no estudo e na interpretação dos serviços em execução;
- 23.1.5.** Elaborar as programações de serviços e dos trabalhos a serem executados, através de O.I.S. e do Contrato.

24. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

24.1. Os valores estimados para a execução de cada projeto e quaisquer eventuais exceções caberão aditivos devidamente requisitados, ficando a requerente, responsável pela manutenção dos saldos contratuais.

24.2. A prefeitura estima o valor dessa contratação em **R\$ 3.223.978,07** (três milhões, duzentos e vinte e três mil, novecentos e setenta e oito reais e sete centavos), conforme planilha ESTIMATIVA **anexo I -B**.

24.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

25. DA REVISÃO DE PROJETO

25.1. Havendo necessidade de revisão a CONTRATADA deverá, como condição para a assinatura do contrato, garantir após a entrega final, a realização de quantas revisões de projeto

forem necessárias sem ônus para a CONTRATANTE.

26. DAFISCALIZAÇÃO

26.1. A realização dos serviços será fiscalizada pela Urbanização, Habitação e Obras, designado em Ato próprio, que poderá propor sugestões durante a elaboração dos projetos.

27. DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

27.1. O esclarecimento de quaisquer dúvidas deverá ser realizado durante o processo licitatório.

27.2. O técnico contratado responsabilizar-se-á pela mobilização de pessoal, material e equipamentos necessários para levantamento de informações dos imóveis/ áreas de intervenção e certificações de dados tais como: ponto de captação de energia elétrica, abastecimento de água, encaminhamento e tratamento dos efluentes de esgoto, operacionalidade das edificações, etc., materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços, inclusive cópias de plantas, projetos e documentos, serão de responsabilidade do contratado.

27.3. Todo e qualquer custo e/ou responsabilidade por seus empregados será exclusivo da CONTRATADA.

27.4. São atribuições da CONTRATADA, executar todas e quaisquer correções nos Projetos, e esclarecer dúvidas da CONTRATANTE e/ou da empreiteira executora das obras;

27.5. Todas as despesas de deslocamento, taxas, documento, pessoal (projetista e/ou assistentes), apoio técnico, comunicações, ou outras necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos deverão ocorrer por conta da CONTRATADA, e ser previstas nos custos do serviço.

27.6. Para o acompanhamento de todos os projetos a serem realizados, a CONTRATANTE designará, do seu quadro de pessoal permanente, um profissional para gerenciar os projetos, ficando a CONTRATADA comprometida a prestar todas as informações que por ele forem solicitadas, bem como promover os ajustes e adequações que venham a ser sugeridos.

27.7. Os diversos projetos específicos integrantes de cada projeto elencado anteriormente serão recebidos em caráter provisório, para verificação de sua consistência com as recomendações e especificações básicas definidas pela CONTRATANTE. Caso seja constatado que alguma dessas exigências não tenha sido cumprida o projeto em questão será devolvido e considerado não entregue. Nessa hipótese, deverá a CONTRATADA efetuar as alterações e compatibilizações necessárias no projeto executivo como um todo, até o integral atendimento aos requisitos básicos estabelecidos pela CONTRATANTE.

27.8. A CONTRATADA ficará obrigada, a qualquer tempo e hora, a prestar esclarecimentos sobre dúvidas geradas quanto à concepção de cada projeto específico, à incompatibilidade entre os mesmos, ou à falta de clareza em seus detalhamentos, implicando, inclusive, na possibilidade da exigência de revisões e/ou complementações dos projetos elaborados, a partir de solicitações circunstanciadas por escrito pela CONTRATANTE, sem ônus para esta.

27.9. A CONTRATADA deverá incluir quantas alterações forem necessárias de cada projeto executivo sem quaisquer ônus à CONTRATANTE e não poderá justificar que tais alterações como motivo de atraso quanto da entrega dos mesmos. Tais alterações poderão ocorrer conforme as necessidades da CONTRATANTE.

27.10. A CONTRATADA deverá fornecer qualquer tempo projetos declarados pelo contratante como projeto padrão, cobrando da contratante somente a emissão da ART/RRT.

28. DA FONTE DE RECURSOS E ELEMENTO DE DESPESA

28.1. Os recursos sairão do orçamento da Prefeitura Municipal do Município de Paripueira, nas dotações orçamentárias a seguir relacionadas:

Unidade: 0003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES.

Funcional Programática: 02.0003.26.782.002.1001 – Ampliação e melhoria da Infra-estrutura viária;

Unidade: 0004 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER.

Funcional Programática: 02.0004.27.813.0224.1008 – Construção e/ou Conservação de Campos de Futebol;

Unidade: 0006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Funcional Programática: 02.0006.04.122.0030.2004 – Manutenção da Secretaria de Administração;

Unidade: 0016 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Funcional Programática: 02.0016.15.451.002.1003 – Urbanização da orla Marítima;

Unidade: 0008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Funcional Programática: 02.008.12.361.004.3001 – Construção Reforma e/ou Ampliação de Unidades Escolares;

Funcional Programática: 02.008.12.812.0583.3004 – Construção e/ou Reforma de Ginásio de Esportes;

Funcional Programática: 02.008.12.812.0583.3004 – Construção e /ou Reforma de Quadra de Esporte.

Unidade: 0008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional Programática: 02.012.10.301.008.5007 – Construção Reforma e/ou Ampliação de Unidades de Saúde;

Unidade: 0017 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Funcional Programática: 02.0017.15.451.0584.1016 – Construção de Calçamento e

Urbanização;

Funcional Programática: 02.0017.15.451.0584.1019 – Construção e ou Conservação e Urbanização de Praças e Ruas;

Funcional Programática: 02.0017.04.122.0021.1027 – Construção, Ampliação e ou Reforma de Prédios Públicos;

Unidade: 0016 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Funcional Programática: 02.0016.15.451.002.1003 – Urbanização da orla Marítima;

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.3.9.0.39.00.00.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Não será permitida a subcontratação dos serviços de engenharia, arquitetura, pois trata-se do objeto principal desta licitação o que torna inviável tecnicamente a execução da mesma por terceiros.

IGOR PATRÍCIO DE LIMA COSTA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras

VALDEMIR ARÁUJO AGRA JÚNIOR

Engenheiro Civil

CREA 021781261-9

